



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

27/01/2016 ATÉ 27/01/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE CNJ.....	1
	1.2 SITE JUSBRASIL.....	2
2	CORREGEDOR (A)	
	2.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	3
3	JUÍZES	
	3.1 BLOG ATUAL 7.....	4
4	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
	4.1 BLOG DANIEL MATOS.....	5

Marlon Reis obtém nota máxima em tese de doutorado apresentada na Espanha

Em sua tese doutoral, o magistrado maranhense recorreu à Teoria do Capital Social

(adsbygoogle = window.adsbygoogle alt="" hspace="10" vspace="10" align="top" class="knewinimagem" />

O magistrado Marlon Reis, titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa, recebeu na nesta terça-feira, 26, o título de doutor pela Universidade de Zaragoza, na Espanha. O juiz conquistou nota máxima ao apresentar a tese intitulada "A Construção Social do Princípio Constitucional de Proteção: Mobilização Social e as Mudanças Jurisprudenciais no caso Brasil" ("La construcción social del principio constitucional de la protección: Movilización social y cambios o jurisprudenciales en Brasil") no programa de doutorado em Sociologia Jurídica e Instituições Políticas daquela universidade. Divulgação Aprovado com louvor Ata com mota máxima concedida ao juiz maranhense Marlon Reis, titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa

O estudo realizado por Marlon Reis trilha o caminho iniciado com as mobilizações sociais no Brasil no final dos anos 90. Com base no projeto de lei de iniciativa popular, buscava-se tornar possível a imposição de sanções administrativas a candidatos que praticavam atos de compra de votos e desvios de verbas e do próprio aparelho administrativo público com fins eleitorais.

O juiz foi um dos idealizadores do movimento formado por Organizações Sociais que recebeu o nome de "Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral". A partir desse movimento, nasceu uma das mais importantes leis em vigor na atualidade, uma inovação em matéria eleitoral: a Lei da Ficha Limpa. Marlon Reis foi um dos principais redatores dessa legislação. Até mesmo a expressão "Ficha Limpa", utilizada como instrumento de propaganda do movimento, foi idealizada por ele.

Em sua tese doutoral, o magistrado maranhense recorreu à Teoria do Capital Social, com foco no conceito desenvolvido por Robert Putnam, da Universidade de Harvard, para refletir sobre o impacto da mobilização social não apenas na construção dos novos marcos legais, como também no desenvolvimento de uma hermenêutica inédita em matéria eleitoral. Um de seus principais argumentos é o de que o princípio da proteção já estava presente de forma expressa na Constituição de 1988. Entretanto, só teve a sua existência reconhecida após a mobilização social inaugurada a partir de 2007 pelas organizações que estavam à frente da iniciativa popular que originou a Lei da Ficha Limpa.

O trabalho de Marlon Reis está amparado por pesquisas desenvolvidas com o apoio do Ministério da Justiça, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Associação dos Magistrados Brasileiros. Foram levantados dados de representatividade nacional sobre comportamentos eleitorais que demonstram a necessidade da adoção de medidas relacionadas a proteção institucional das Eleições.

"Elogio a atitude do Tribunal de Justiça do Maranhão que me concedeu a permissão necessária para estudar em Zaragoza. Foi um período riquíssimo de aprendizado que me acompanhará por toda a vida. As instituições se fortalecem quando investem na formação dos seus componentes. Agradeço particularmente aos desembargadores Jamil Gedeon e Stélio Muniz pelo decisivo apoio que sempre me concederam nesta jornada acadêmica", ressaltou o magistrado.

Unanimidade

A tese foi aprovada por unanimidade e mereceu a qualificação máxima, "sobresaliente cum laudes" (excelente com louvor), após ser analisada por um Tribunal Acadêmico composto pelos professores doutores José Martínez de Pisón Cervero e Andrés García Inda, da Universidade de Zaragoza, e Rafael de Asís Roig, da Universidad Carlos III, de Madri. O orientador da tese, Manuel Calvo García, é titular de Filosofía del Derecho y Sociología Jurídica de la Universidad de Zaragoza e foi diretor científico do Instituto Internacional de Sociología Jurídica de Oñati.

A Universidad de Zaragoza foi fundada em 1498 e é uma das mais tradicionais da Espanha. O título de doutor é outorgado pelo Rei da Espanha, Felipe VI.

Em arquivos publicados confira na íntegra o texto utilizado como base para a defesa oral apresentada pelo juiz Márlon Reis.

Justiça ordena reintegração de servidora perseguida em hospital do Estado

O juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso, da 2ª Vara da Fazenda Pública concedeu liminar requerida pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão, em favor da servidora pública Jaciene de Fátima Alves Pereira, que simplesmente e sem qualquer justificativa foi afastada das suas funções e devolvida pela diretora do Hospital Presidente Vargas da Secretaria de Estado da Saúde para Secretaria de Gestão e Previdência para ser colocada em indisponibilidade ou encaminhada para outro órgão.

Para o presidente do Sintsep, Cleinaldo Lopes, no atual governo tem se constituído em uma prática abusiva e desrespeitosa para com servidores públicos, que sem qualquer justificativa são devolvidos e as suas vagas geralmente são preenchidas por terceirizados, o que é sério e grave e que precisa ser investigado pelo Ministério Público.

O juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso, no seu despacho, registra jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que destaca o seguinte: é nulo o ato que determina a remoção ex-officio de servidor pública sem a devida motivação.

Ao conceder a decisão liminar em favor da servidora pública Jaciene de Fátima Alves Pereira, o magistrado determina o retorno imediato dela ao quadro de pessoal da unidade hospitalar Presidente Vargas para o exercício do mesmo cargo e nas mesmas funções anteriormente ocupadas e executadas, no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00, sendo dois terços destinados ao FERJ.

O presidente do Sintsep, informou que a entidade deve ingressar na justiça com outras ações semelhantes contra outras instituições estaduais, afirmou Cleinaldo Lopes.

Juízes da Ilha se reúnem com a nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça

Juízes titulares e auxiliares da Comarca da Ilha reuniram-se nesta terça-feira (26) com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, e as desembargadoras Maria das Graças Duarte Castro Mendes (vice-presidente) e Anildes Bernardes Chaves Cruz (corregedora-geral da Justiça), para discutir medidas com vistas à melhoria da prestação jurisdicional maranhense. O diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, acompanhou a reunião. Na ocasião, o presidente do TJMA apresentou avaliação geral do Judiciário estadual e expôs problemas enfrentados em virtude da crise econômica e política do país, que deverão ser solucionados de forma compartilhada entre as Justiças de 1º e 2º Graus. Os juizes falaram sobre melhorias nas condições de trabalho da Justiça de 1º Grau, distribuição igualitária da quantidade de cargos em comissão disponíveis para as varas da Comarca da Ilha, administração eficaz dos valores arrecadados pelo Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ), análise do horário de expediente interno e externo dos magistrados e valorização dos Juizados Especiais. Também foram discutidos no encontro, temas como a adoção de medidas para economia de utilização de material (uso de papel) e serviços (telefone, celular, correios); avanços na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) e dos Centros de Conciliação; viabilidade orçamentária e financeira para nomeação de magistrados e servidores; solução de problemas estruturais do Fórum de São Luís; a importância da comunicação de dados por vias digitais (Digidoc, e-mail, WhatsApp); recadastramento de terceirizados; entre outros. O juiz Gervásio Santos, presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), avaliou o encontro com a nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça como muito positivo. Segundo ele, o Judiciário maranhense já teve muitos avanços e essa abertura para o diálogo e apresentação de sugestões permitirá, em tempos de crise, melhorias consideráveis na prestação jurisdicional. Estratégias Para o desembargador Cleones Cunha, o encontro representou uma oportunidade para a apresentação das principais necessidades da Justiça estadual e definição de estratégias para uma ação conjunta. "Queremos começar bem a nossa gestão, e dialogar com os juizes é o melhor caminho. Precisamos da colaboração do 1º Grau, que tem predileção e preferência da Mesa Diretora do Judiciário", disse. De acordo com a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, trabalhar em comum acordo com a Presidência e de forma compartilhada com os juizes, tornará possível uma prestação judicial mais célere e eficiente. Durante a reunião, o desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, ressaltou que a administração do presidente do TJMA terá como marca a transparência, tendo em vista a clareza na exposição das informações do Judiciário apresentadas durante o encontro. Ele destacou a importância da colaboração dos juizes na implantação do projeto da Conciliação.

Judiciário discute estratégias para melhorar prestação jurisdicional

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, e as desembargadoras Maria das Graças Duarte Castro Mendes (vice-presidente) e Anildes Bernardes Chaves Cruz (corregedora-geral da Justiça), reuniram-se nesta terça-feira (26/1) com juízes titulares e auxiliares para discutir medidas de melhoria da prestação jurisdicional maranhense. O diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, acompanhou a reunião.

O presidente do TJMA apresentou avaliação geral do Judiciário estadual e expôs problemas enfrentados em virtude da crise econômica e política do país, que deverão ser solucionados de forma compartilhada entre as Justiças de 1º e 2º grau. Dentre os principais temas discutidos no encontro, destacaram-se a adoção de medidas para economia de utilização de material (uso de papel) e serviços (telefone, celular, correios); avanços na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e dos Centros de Conciliação; e a viabilidade orçamentária e financeira para a nomeação de magistrados e servidores.

Para o desembargador, o encontro representou uma oportunidade para a apresentação das principais necessidades da Justiça estadual e a definição de estratégias para uma ação conjunta. “Queremos começar bem a nossa gestão, e dialogar com os juízes é o melhor caminho. Precisamos da colaboração do 1º grau, que tem predileção e preferência da Mesa Diretora do Judiciário”, disse.

Celeridade - De acordo com a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, trabalhar em comum acordo com a Presidência do TJMA e de forma compartilhada com os juízes tornará possível uma prestação judicial mais célere e eficiente. Durante a reunião, o desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, ressaltou que a atual administração terá como marca a transparência, tendo em vista a clareza na exposição das informações do Judiciário apresentadas durante o encontro. Ele destacou a importância da colaboração dos juízes na implantação do projeto da conciliação.

Os magistrados debateram sobre melhorias nas condições de trabalho da Justiça de 1º grau, distribuição igualitária da quantidade de cargos em comissão disponíveis para as varas da Comarca da Ilha, administração eficaz dos valores arrecadados pelo Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (Ferj), análise do horário de expediente interno e externo dos magistrados e valorização dos Juizados Especiais.

O juiz Gervásio Santos, presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), afirmou que o Judiciário maranhense já teve muitos avanços e que a abertura para o diálogo e apresentação de sugestões permitirá, em tempos de crise, melhorias consideráveis na prestação jurisdicional.

Judiciário discute estratégias para melhorar prestação jurisdicional

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, e as desembargadoras Maria das Graças Duarte Castro Mendes (vice-presidente) e Anildes Bernardes Chaves Cruz (corregedora-geral da Justiça), reuniram-se nesta terça-feira (26/1) com juízes titulares e auxiliares para discutir medidas de melhoria da prestação jurisdicional maranhense. O diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, acompanhou a reunião.

O presidente do TJMA apresentou avaliação geral do Judiciário estadual e expôs problemas enfrentados em virtude da crise econômica e política do país, que deverão ser solucionados de forma compartilhada entre as Justiças de 1º e 2º grau. Dentre os principais temas discutidos no encontro, destacaram-se a adoção de medidas para economia de utilização de material (uso de papel) e serviços (telefone, celular, correios); avanços na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e dos Centros de Conciliação; e a viabilidade orçamentária e financeira para a nomeação de magistrados e servidores.

Para o desembargador, o encontro representou uma oportunidade para a apresentação das principais necessidades da Justiça estadual e a definição de estratégias para uma ação conjunta. “Queremos começar bem a nossa gestão, e dialogar com os juízes é o melhor caminho. Precisamos da colaboração do 1º grau, que tem predileção e preferência da Mesa Diretora do Judiciário”, disse.

Celeridade - De acordo com a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, trabalhar em comum acordo com a Presidência do TJMA e de forma compartilhada com os juízes tornará possível uma prestação judicial mais célere e eficiente. Durante a reunião, o desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, ressaltou que a atual administração terá como marca a transparência, tendo em vista a clareza na exposição das informações do Judiciário apresentadas durante o encontro. Ele destacou a importância da colaboração dos juízes na implantação do projeto da conciliação.

Os magistrados debateram sobre melhorias nas condições de trabalho da Justiça de 1º grau, distribuição igualitária da quantidade de cargos em comissão disponíveis para as varas da Comarca da Ilha, administração eficaz dos valores arrecadados pelo Fundo Especial de Modernização e Reparcelhamento do Judiciário (Ferj), análise do horário de expediente interno e externo dos magistrados e valorização dos Juizados Especiais.

O juiz Gervásio Santos, presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), afirmou que o Judiciário maranhense já teve muitos avanços e que a abertura para o diálogo e apresentação de sugestões permitirá, em tempos de crise, melhorias consideráveis na prestação jurisdicional.